

**Ministério de Minas e Energia  
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM**

**Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:**

**O Globo**

Título: [Maia vai recorrer ao STF contra suspensão da venda da Eletrobras](#)..... 2

**Sumário**

|                                                                               |          |
|-------------------------------------------------------------------------------|----------|
| <b>VEÍCULO: O Globo</b> .....                                                 | <b>2</b> |
| Título: Maia vai recorrer ao STF contra suspensão da venda da Eletrobras..... | 2        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo</b> .....                                       | <b>3</b> |
| Título: Vice da Caixa é suspeita de negociar verba por cargo.....             | 3        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo</b> .....                                    | <b>5</b> |
| Título: Um avanço (atraso) para os biocombustíveis.....                       | 5        |

**VEÍCULO: O Globo****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Maia vai recorrer ao STF contra suspensão da venda da Eletrobras**

Advocacia-Geral da União também deve entrar com recurso semana que vem.

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), anunciou ontem que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão de um juiz de Pernambuco que suspendeu a privatização da Eletrobras. Ao mesmo tempo, a Advocacia-Geral da União (AGU) informou que analisa as medidas judiciais cabíveis e que deverá também entrar com recurso a partir da próxima segunda-feira. O juiz Cláudio Kitner, da 6a. Vara da Justiça Federal de Pernambuco, suspendeu anteontem os efeitos de um artigo da medida provisória (MP) 814 que autoriza a venda da estatal e de suas controladas.

— Juiz não tem atribuição para parar uma MP. Está usurpando o poder dele. É fundamental restabelecer o respeito institucional e os seus limites — justificou Maia.

A decisão da Justiça de Pernambuco representou um revés nos planos do governo federal de concluir ainda em 2018 a privatização. Pode colocar em risco o cronograma previsto para o processo e ameaçar uma arrecadação de R\$ 12,2 bilhões, já prevista no Orçamento deste ano.

Apesar de ir ao STF contra a suspensão da MP, Maia afirmou ser contra discutir o artigo que libera a privatização da Eletrobras por meio de medida provisória. Para ele, esse assunto deveria ser tratado pelo Congresso via projeto de lei.

O governo anunciou, em agosto de 2017, um plano para privatizar a Eletrobras até o fim deste ano. O modelo proposto pelo governo precisa passar pelo Congresso Nacional. Antes de enviar esse projeto, porém, o governo editou a MP 814 para permitir que a estatal contrate os estudos necessários para a privatização, com o objetivo de agilizar o processo e concluir a operação ainda neste ano.

#### PROJETO DE LEI ESTÁ PARADO

A medida provisória foi publicada pelo presidente Michel Temer no fim de dezembro. Ela retira de uma lei que trata do setor elétrico a proibição de privatizar a Eletrobras e suas controladas — Furnas, Companhia Hidroelétrica do

São Francisco (Chesf), Eletronorte, Eletrosul e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE).

O texto gerou protesto de políticos, inclusive de integrantes da base aliada, críticos ao processo de privatização. Na tentativa de diminuir as resistências, o governo aceitou abrir mão do dispositivo da MP que trata da privatização da Eletrobras. A mudança articulada só deve ocorrer, no entanto, após a estatal contratar os estudos para assessoria jurídica e modelagem financeira para a operação de aumento de capital em bolsa de Valores.

A exclusão seria feita por meio de um acordo com deputados e senadores, para ser concretizada no futuro relatório da medida. Para o governo, a retirada desse artigo durante as discussões no Congresso não chega a ser um problema, já que os estudos terão sido contratados com respaldo jurídico. Com o artigo suspenso pela Justiça, porém, o governo ficou sem alternativas, pelo menos por enquanto.

O projeto de lei com a modelagem para a operação está parado na Casa Civil da Presidência da República desde dezembro. A promessa do **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, é enviá-lo ao Congresso até o mês que vem.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Poder

**Autor:** Fábio Fabrini

**Título:** Vice da Caixa é suspeita de negociar verba por cargo

A vice-presidente de Fundos de Governo e Loterias da Caixa Econômica Federal, Deusdina dos Reis Pereira, é suspeita de negociar um investimento de R\$ 200 milhões, a ser feito pelo banco, em troca de um cargo para ela própria na Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais).

Os dados constam de uma apuração interna, feita pela Caixa, enviada ao MPF (Ministério Público Federal) e à Comissão de Ética Pública da Presidência. Os dois órgãos analisam o caso.

Conforme a investigação, num e-mail corporativo enviado em 2015 ao então presidente da Cemig, Mauro Borges, Pereira avisa: "Amanhã apreciaremos no Conselho Diretor uma operação de crédito para a empresa no valor de R\$ 200 milhões". Na sequência, ela emenda: "Continuo aguardando seu retorno quanto à minha indicação para o conselho".

A insinuação de "troca de interesses" foi um dos vários motivos alegados pelo MPF para pedir, no mês passado, a destituição de Pereira e de todos os demais

vice-presidentes da Caixa para que as nomeações passem a ser feitas por critérios técnicos. Mas Temer negou o afastamento de todos.

Pereira e outros quatro dirigentes do banco, entre os quais o presidente, Gilberto Occhi, são investigados em processos internos por indícios de envolvimento em irregularidades na gestão e nas operações do banco. Apadrinhada do PR, Pereira sucedeu no cargo Fábio Cleto, delator de esquema de corrupção na Caixa. Ela era auxiliar de Cleto.

A vice da Caixa é alvo das operações Sépsis e Cui Bono?, conduzidas pelo MPF, por possível ligação com o grupo do ex-deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ), atualmente preso, acusado de desviar recursos da instituição financeira.

Em resposta ao e-mail, segundo a investigação, o então presidente da Cemig evasivo. Explicou que estavam sendo priorizados naquele momento de formação da equipe do governador recém-eleito Fernando Pimentel (PT) cargos comissionados no governo. Ele avisou a Pereira que entraria em contato em seguida.

A Caixa não informou se o aporte na Cemig foi aprovado na reunião citada na troca de mensagens. A companhia tinha linha de crédito com o banco, que foi mantida na gestão de Borges.

O Conselho de Administração da estatal mineira foi anunciado dias após o e-mail, mas Pereira ficou de fora.

A Comissão de Ética Pública da Presidência deve julgar o caso da vice-presidente nas próximas sessões. Se considerar que houve falta, poderá recomendar a exoneração dela.

O colegiado também avalia o caso do vice-presidente Corporativo, Antônio Carlos Ferreira, citado na delação premiada do dono da JBS, Joesley Batista, como intermediário de propinas ao ex-ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Marcos Pereira, presidente nacional do PRB. Os dois negam.

A situação dos dirigentes da Caixa abriu um conflito interno no banco. Integrantes do Conselho de Administração defendem nos bastidores o afastamento dos executivos, mas, sem aval do Planalto, não têm poderes para fazê-lo.

O novo estatuto do banco dá poderes ao colegiado para isso, mas ele só entra em vigor após análise do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e a convocação de uma assembleia geral de acionistas. Não há prazo para que isso ocorra.

## OUTRO LADO

A vice-presidente de Fundos de Governo e Loterias da Caixa, Deusdina dos Reis Pereira, informou, por meio de assessoria, que "não se manifestará sobre o episódio".

O banco, em nota, acrescentou que na data da troca de mensagens Pereira era diretora-executiva de Fundos de Governo, "não acumulava cargos e não integrava o Conselho Diretor do banco".

O advogado Marcelo Leonardo, que representa Mauro Borges, afirmou que a Cemig mantinha linha de crédito com a Caixa em gestões anteriores, que foi mantida sob a administração de seu cliente "sem nenhuma peculiaridade especial".

O advogado diz que "o pedido formulado naquele e-mail, pela diretora da Caixa, foi educadamente recusado". "Ele [Borges] considera que não houve nenhuma relação de dependência de um assunto ao outro", acrescentou Leonardo.

A Cemig alegou que "desconhece as informações" levantadas pela Folha. "A referida senhora não foi indicada para qualquer função na empresa", disse. "Ela não integrou nem integra o Conselho de Administração. A Cemig, assim como diversas empresas deste e de outros setores, mantém linhas de financiamento com diversas instituições financeiras, inclusive a Caixa Econômica Federal".

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Opinião

**Autor:** Adriano Pires

**Título:** Um avanço (atraso) para os biocombustíveis

O ano de 2017 representou um marco para o setor de biocombustíveis. Em dezembro o presidente Temer sancionou o PL do RenovaBio por meio da Lei 13.576. O RenovaBio representa o maior avanço ocorrido no setor dos biocombustíveis nos últimos anos. Sem dúvida, o maior uso do biocombustível favorecerá a descarbonização do setor de transporte – um dos principais poluidores da matriz energética brasileira – e vai ao encontro das Nationally Determined Contributions (NDCs) firmadas no Acordo de Paris em 2015 (COP21). Mas é bom ter em mente que ainda resta uma estrada a percorrer, que é a regulamentação da lei. Uma regulamentação mal feita poderá comprometer o sucesso do RenovaBio. O RenovaBio é uma política de longo prazo e a sua efetivação passa pela regulamentação do mercado de certificação de intensidade de carbono dos combustíveis. O modelo brasileiro é baseado na

compra de Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis (CBios) de usinas de etanol e plantas de biodiesel. O número de CBios que cada produtor de biocombustíveis tem para oferecer dependerá do próprio biocombustível e da eficiência do produtor quanto à redução de emissões de gases de efeito estufa.

A relação entre o número de certificados que as distribuidoras de combustíveis precisam comprar e o número de certificados disponíveis em um determinado ano definirá o preço dos CBios no mercado. A compra e a venda de CBios ocorrerão diretamente entre produtores e distribuidoras e, também, poderá ser negociado no Brasil Bolsa Balcão (B3). Deve-se ressaltar a necessidade de que essa regulamentação seja o mais completa possível, com um programa de verificação e monitoramento bem definido, para evitar esquemas de fraude no mercado de CBios. Nos Estados Unidos, essa é uma grande preocupação das autoridades da Califórnia com o mercado de Low Carbon Fuel Standard (LCFS) – programa de certificação local que inspirou o modelo brasileiro. A ocorrência de fraude e erros de contabilização fez com que as autoridades locais aumentassem o rigor na fiscalização, criando programas de proteção por meio do aumento na precisão da contabilidade dos relatórios de identificação do caminho do carbono.

Esse é um exemplo claro para as autoridades brasileiras, que devem ser bastante criteriosas no processo de regulamentação desses certificados, sobretudo porque o nosso mercado de distribuição de combustíveis apresenta um histórico de fraude. Após a sanção do RenovaBio, haverá um prazo de 180 dias para definições de metas de descarbonização e outros objetivos, e depois mais 18 meses para a regulamentação, o que inclui a negociação dos créditos CBios. Todo o processo de regulamentação durará algo em torno de dois anos, devendo vigorar de fato no início de 2020. Nesse período é fundamental o governo compreender a importância da Cide. A Cide, como imposto ambiental, é o principal mecanismo para, na fase da regulamentação do programa, garantir preços competitivos ao etanol.

Portanto, é bom entender que a questão não é Cide ou RenovaBio, e sim, Cide e RenovaBio. No início de 2018 veio uma notícia surpreendente de que o governo pensa em reduzir de 25% para 7% o IPI dos carros elétricos e dos híbridos que são 100% importados. Não está claro qual seria o objetivo dessa política pública. Aumentar a eficiência energética, reduzir CO2 ou simplesmente ser moderno? O carro elétrico e o híbrido são uma realidade do mercado. O que preocupa é mais uma vez o governo usar a velha prática de criar privilégios, dessa vez para os carros elétricos e híbridos, que acabarão por criar competições desiguais entre os diferentes combustíveis, enganando o consumidor no final do dia. É sempre bom lembrar o que a política de subsídios à gasolina fez com o mercado de etanol. A discussão sobre carros elétricos e híbridos precisa ser feita olhando as

características do mercado brasileiro e as tecnologias do uso do etanol. Não podemos tomar decisões intempestivas que trarão a longo prazo distorções no mercado de combustíveis, prejudicando o consumidor.

**MME / ASCOM .**